

## **Adjunto adnominal, adjunto adverbial e aposto: termos acessórios?**

Milena Torres de Aguiar

### **Introdução**

Esse trabalho pretende levantar questionamentos acerca da nomenclatura “termo acessório” para o adjunto adnominal, adjunto adverbial e aposto.

Para isso, comparamos as gramáticas de Cunha e Cintra (1985), Ribeiro (2004) e Kury (2004) no que tange essa questão, através dos exemplos que eles utilizam para comentar cada um deles.

Através desses exemplos, fazemos indagações se realmente essa nomenclatura é cabível, pois a ausência ou substituição desses termos na frase altera a sua carga semântica.

E, segundo o modelo teórico do Funcionalismo lingüístico norte-americano, no qual nos baseamos, *a codificação lingüística encontra-se vinculada às funções desempenhadas pelas palavras nas situações de interação* (Cf. SWANDER, 2003)

### **Adjunto adnominal, adjunto adverbial e aposto: termos acessórios?**

Segundo a tradição gramatical, Cunha e Cintra nos definem, o que são termos acessórios:

Chamam-se acessórios os termos que se juntam a um nome ou a um verbo para precisar-lhes o significado. Embora tragam um dado novo à oração, não são eles indispensáveis ao entendimento

do enunciado. Daí a sua denominação. (CUNHA e CINTRA, 1985)

Acreditamos que há algumas contradições nessa definição. Se os termos acessórios precisam o significado do nome ou do verbo, por que eles são dispensáveis? Se eles trazem um dado novo, por que eles não são indispensáveis ao entendimento do enunciado?

Cunha e Cintra continuam sua explanação definindo o primeiro termo acessório citado: **o adjunto adnominal**.

Adjunto adnominal é o termo de valor adjetivo que serve para especificar ou delimitar o significado de um substantivo, qualquer que seja a função deste.

Se o adjunto adnominal especifica ou delimita o significado de um substantivo, como ele pode ser considerado “acessório”? Especificar ou delimitar o significado de uma outra palavra não é uma simples função: quer dizer que ele altera o sentido de uma outra palavra. Então ele pode ser retirado da oração, sem que isso faça com que ela fique com sentido incompleto?

Logo após sua definição de adjunto adnominal, eles delimitam quais os elementos que funcionam como tal, dando exemplos retirados de obras literárias, como faz em toda sua gramática.

a) adjetivo:

Ex.: “Tenho pensado que toda esta geringonça **social** precisa de uma **grande** volta.” (C. de Oliveira, CD, 93.)

Segundo Cunha & Cintra, **social** e **grande** são termos dispensáveis à oração. Mas se retirarmos essas palavras, o significado fica incompleto: de que tipo de geringonça se está falando? E a volta, tem que ser grande ou pequena? O adjetivo **social** está qualificando o tipo de geringonça de que ele está falando, não é econômica, não é política, é social. E **grande** está qualificando o tipo de volta, que não é uma simples e rápida volta, é uma grande volta. Porém, se não tiver esses adjetivos na oração, não saberemos ao certo.

b) locução adjetiva:

Ex.: “Era um homem **de consciência**.” (A. Abelaira, NC, 15.)

Esse homem não é um homem qualquer. É um homem de consciência. Novamente, se retirarmos “de consciência”, esse homem não terá mais uma qualificação que o distingue de outros. Ele se tornará mais um homem, como outro qualquer.

c) artigo (definido ou indefinido):

Ex.: “**O** ovo é **a** cruz que **a** galinha carrega **na** vida.” (C. Lispector, FC. 51.)

Os artigos usados nessa oração são fundamentais para o entendimento do enunciado. O artigo definido em “**O** ovo” transmite uma idéia de generalização: todo e qualquer ovo que a galinha põe é a sua cruz. Em “**a** cruz”, o artigo definido permite que entendamos que há somente essa cruz, não é uma cruz em várias outras, é apenas aquela. Já em “**a** galinha”, como em “**o** ovo”, o artigo definido permite no-

vamente a idéia de generalização: é a classe de galinhas, todas as galinhas carregam essa cruz, não é apenas uma galinha. E em “na vida”, o artigo definido quer deixar claro que essa cruz elas carregam na vida inteira delas, e essa vida é única. O mesmo não aconteceria se fosse “em **uma** vida”, que nos transmite a idéia de ser uma vida em várias.

Então, o uso do artigo definido e indefinido tem que ser pensado, pois a substituição de um por outro muda o sentido da frase, e a retirada de um ou todos, acarreta na dificuldade de entendimento sobre o que está sendo falado e enfatizado. Visto isso, por que considerá-los “termo acessório”?

d) pronome adjetivo:

Ex.: “**Vários** vendedores de artesanato expunham **suas** mercadorias.” (R. Fonseca, C, 76-77.)

**Vários** dá uma idéia de quantidade a “vendedores”, afirmando que não foram poucos os que expuseram as mercadorias e sim, muitos. E **suas** especifica de quem eram as mercadorias, eram deles mesmos, mas poderiam ser de outras pessoas. Só sabemos disso porque os pronomes adjetivos estão na frase, se não estivessem já que são “dispensáveis”, não saberíamos.

e) numeral:

Ex.: “Casara-se havia **duas** semanas.” (C. Drummond de Andrade, CB, 29.)”

**Duas** está quantificando o substantivo “semanas”. Se retirarmos esse numeral, o nosso entendimento sobre a informação não será o mesmo. Não teríamos certeza sobre há quanto tempo ele está casado.

f) oração adjetiva:

Ex.: “Os cabelos, **que tinha fortes e lisos**, caíram-lhe todos.”

(M.J. de Carvalho, AV, 116.)

O termo acessório dessa frase nos informa que os cabelos da pessoa eram fortes e lisos. Essa oração qualifica o tipo de cabelo que ela tinha e contrasta com o restante da frase, no qual, temos a informação de que eles caíram. Se não soubéssemos que os cabelos dela eram fortes e lisos, poderíamos supor que ela tinha poucos cabelos, já que eles caíram todos, o que seria uma idéia equivocada. Então essa oração adjetiva é fundamental para o nosso entendimento sobre o enunciado.

Já Ribeiro, na sua “Nova Gramática Aplicada da Língua Portuguesa”, não nos define o que vem a ser “termos acessórios”, ele somente cita quais são: adjunto adnominal, adjunto adverbial e aposto.

Sobre adjunto adnominal, ele diz:

Os substantivos do texto vão sendo valorizados por muitos elementos que os esclarecem ou determinam. Além dos artigos, que normalmente determinam o gênero e o número dos substantivos, devemos atentar para outros elementos... (RIBEIRO, 2004)

Nesse momento, ele cita uma frase de cada elemento que funciona como termo acessório, assim como fizeram Cunha & Cintra. Após, ele explica que os elementos grifados em cada frase citada “...limitam ou especificam ou individualizam a significação do substantivo. São, sintaticamente, chamados de *adjuntos adnominais*, são determinantes do termo que modificam.”

Soa melhor o termo “determinantes do termo que modificam”, pois “determinante” transmite uma idéia de que esse termo é necessário à oração. Porém, ele não deixa explícito se sua intenção é essa.

Logo após ele cita quais são os elementos pelos quais o adjunto adnominal é expresso. Ele cita os mesmos que Cunha & Cintra em sua gramática.

Outro estudioso da língua, Kury, em seu livro “Novas lições de análise sintática”, faz o mesmo que Ribeiro, ou seja, ele não define o que vem a ser “termos acessórios”, somente cita quais são eles.

Talvez ambos não quiseram dar uma definição para os termos acessórios por serem contrários à tradição gramatical, que defendem Cunha & Cintra, e optarem por não se exporem, indo contra uma definição de nomenclatura tradicional, já fixada nas normas cultas da língua.

Kury chama o adjunto adnominal de “adjunto de valor adjetivo” e o define:

Em qualquer função sintática que possa ter como núcleo um substantivo, este pode vir acompanhado de palavras ou locuções de valor ou função adjetiva que lhe delimitam o sentido geral.

Kury também acredita que o adjunto adnominal delimita o sentido da palavra que ele acompanha. Se ele delimita o sentido de outra palavra, então ele tem o seu valor dentro de uma oração. O curioso é que Cunha & Cintra também dão essa definição, mas complementam que é um termo dispensável. Uma grande contradição.

Após a definição de adjunto adnominal, Kury, como os dois primeiros, cita quais são os elementos pelos quais o adjunto adnominal é expresso.

Sobre o segundo termo acessório citado, o **adjunto adverbial**, Cunha e Cintra dizem:

Adjunto adverbial é, como o nome indica, o termo de valor adverbial que denota alguma circunstância do fato expresso pelo verbo, ou intensifica o sentido deste, de um adjetivo, ou de um advérbio. (CUNHA e CINTRA, 1985)

A questão persiste: se o adjunto adverbial denota circunstância do fato expresso pelo verbo ou intensifica seu sentido, então ele é necessário à oração, ele tem sua função dentro dela. Por que considerá-lo acessório, dispensável?

Segundo ele, o adjunto adverbial pode vir representado por:

a) advérbio:

Ex.: “**Aqui** não passa ninguém.” (F. Namora, TJ, 205.)

**Aqui** especifica o lugar onde não passa ninguém. Se na oração não tivesse esse elemento, não saberíamos onde não passa ninguém. **Aqui** é o elemento fundamental dessa oração, pois toda ela faz refe-

rência a esse lugar. Se o lugar não estivesse explícito, como o enunciado seria compreendido?

b) por locução ou expressão adverbial:

Ex.: “**Lá embaixo** aparece Jacarecanga **sob o sol do meio-dia.**”  
(E. Veríssimo, ML, 13.)

O mesmo acontece nessa oração. O lugar onde aparece Jacarecanga e a que parte do dia são fundamentais ao entendimento. Se a oração fosse apenas “Aparece Jacarecanga”, não teria sentido completo, estaria faltando as locuções ou expressões adverbiais.

c) por oração adverbial:

Ex.: “**Quando acordou**, Já Lisa ali estava.” (M.J. de Carvalho, AV, 141.)

A oração “já Lisa ali estava” pede um adjunto adverbial de tempo, pois Lisa já estava ali quando o que aconteceu? Algo precisa ter acontecido para afirmarmos que Lisa já estava ali. Então é mais do que necessária essa oração adverbial “quando acordou”.

Então Cunha e Cintra classificam alguns adjuntos adverbiais, e em todos os seus exemplos a nomenclatura “termo acessório” parece equivocada, como acontece nos exemplos já citados.

Ribeiro fala sobre adjunto adverbial a partir de um texto de Rachel de Queirós “Ed, meu vizinho” em que há esse termo. Ele diz:

A construção do texto acima está concentrada principalmente nas chamadas circunstâncias adverbiais (elementos em torno do verbo): ‘...quando vinha trazer algum presente’ (oração adverbial temporal), ‘...dessa vez não.’ (adjuntos adverbiais de tempo e negação), ‘pela entrada de serviço, às cambalhotas com a nossa cachorrinha’ (lugar, modo e companhia). (RIBEIRO, 2004)

Ele acrescenta também uma informação que Cunha & Cintra também mencionaram:

“Observem-se:

1. Ele saiu *às escondidas*. 2. Ele saiu *rapidamente*. 3. Ele saiu *quando eu cheguei*.

Nos três exemplos, verifica-se que o verbo ‘saiu’ está modificado por uma locução adverbial, por um advérbio e por uma oração subordinada adverbial. Sintaticamente, os três elementos grifados atuam como adjunto adverbial.”

Nos três exemplos também podemos perceber que a classificação “termo acessório” não condiz com a real importância que esses termos possuem, pois a ausência deles dificulta o entendimento correto do enunciado.

A partir daí, ele também cita quais são os tipos de circunstâncias acrescentadas ao verbo, como fazem Cunha e Cintra.

Já Kury, como fez com o adjunto adnominal ao chamá-lo de “adjunto de valor adjetivo”, ele chama o adjunto adverbial de “adjunto de valor adverbial”.

Ele define esse termo acessório:

Advérbios ou locuções adverbiais, que, na frase, acrescentam circunstâncias a verbos, ou intensificam a idéia expressa por verbo, adjetivo ou advérbio, recebem o nome de ADJUNTOS ADVER-

BIAIS. ‘Podem ser, pois, modificadores (‘cantar *bem*’) ou intensificadores (‘automóvel *bastante* estragado’, ‘riram *muito*’, ‘cantar *muito* mal’) (G.C. Melo, NMAS, 76). (KURY, 2004)

Eis a mesma questão: Se intensificam ou modificam outra palavra, por que considerá-lo “acessório”?

Após definir, Adriano cita os diversos adjuntos adverbiais.

Quanto ao **aposto**, o último dos três termos acessórios citados, Cunha e Cintra dizem que “Aposto é o termo de caráter nominal que se junta a um substantivo, a um pronome, ou a um equivalente destes, a título de explicação ou de apreciação, como em: ‘Eles, **os pobres desesperados**, tinham uma euforia de fantoches.’ (F. Namora, DT, 237.)”

Por que “os pobres desesperados” é um termo acessório, se é ele que explica “quem são eles”? Sem esse termo não identificaríamos de quem se está falando.

Além do aposto EXPLICATIVO citado acima, ele dá exemplos de apostos em que não há pausa marcada por vírgulas entre estes e as palavras principais, quando estas são termos genéricos, especificados ou individualizados pelo aposto. Para os autores, há aposto ESPECIFICATIVO: “A cidade **de Lisboa**”, “O poeta **Bilac**”.

Porém, “de Lisboa” e “Bilac” são dispensáveis às frases? Como elas ficaria sem esses termos? Sem sentido algum.

Depois desta explanação, ele diz que o aposto pode também ser representado:

a) por uma oração:

Ex.: “A outra metade tocara aos sobrinhos, com uma condição expressa: **que o legado só lhes fosse entregue trinta anos depois.**” (J. Montello, LE, 202.)

Essa oração inteira completa o sentido de “com uma condição expressa”. Se não for citada qual é a condição a que se faz referência, a frase não tem seu sentido completo. Portanto, essa oração não pode ser dispensável.

b) referir-se a uma oração inteira:

Ex.: “Pedi que lhe fornecessem papel de carta e que lhe restituíssem a sua caneta, **o** que lhe foi concedido.” (J. Paço d’Arcos, CVL, 1183.)

Aquele “o” se refere à oração inteira, quer dizer que tudo o que foi citado anteriormente, foi concedido. Sem ele, o sentido da frase muda, parece que só o que foi concedido foi o último elemento citado “que lhes restituíssem a sua caneta. E no entanto, tudo foi concedido”.

c) ser enumerativo, ou recapitulativo:

Ex.: “Tudo o fazia lembrar-se dela: **a manhã, os pássaros, o mar, o azul do céu, as flores, os campos, os jardins, a relva, as casas, as fontes, sobretudo as fontes, principalmente as fontes!**” (Almada Negreiros, NG, 112.)

O aposto enumerativo, como o próprio nome diz, enumera o que foi dito na oração principal. Não basta dizer apenas: “tudo o

fazia lembrar-se dela”. O emissor tem a intenção de explicitar o que é “tudo” detalhadamente.

Em: “Os porcos do chiqueiro, as galinhas, os pés de bogari, o cardeiro da estrada, as cajazeiras, o bode manso, **tudo** na casa de seu compadre parecia mais seguro do que dantes.” (J. Lins do Rego, FM, 289.), sem o aposto recapitulativo “tudo”, o sentido dessa frase também muda. Parece que apenas “o bode manso na casa de seu compadre parecia mais seguro do que dantes”, o que não é correto. O que foi citado anteriormente também parecia mais seguro do que dantes.

Ribeiro (2004) define aposto assim: “Geralmente, o aposto é termo de natureza substantiva ou pronominal e modifica também outro substantivo ou pronome.”

Ao contrário de Cunha e Cintra, Ribeiro não diz que o aposto só tem a função de explicar ou apreciar. Ele acrescenta a essa idéia, as idéias de equivalência, resumo ou identificação.

Como Cunha e Cintra, ele cita os apostos: explicativo, especificativo, enumerativo. Também diz que pode ser representado por uma oração inteira ou pode referir-se a uma oração inteira através do pronome demonstrativo “o” .

Porém, o que Cunha e Cintra chamam de “recapitulativo”, Ribeiro chama de “resumitivo”. Acrescenta um tipo de aposto que Cunha & Cintra não citam: o aposto distributivo (“Eram grandes eruditos: *um* em música popular, *outro* em música clássica.”)

Se os apostos distributivos “um” e “outro” forem retirados da frase por serem “termos acessórios”, essa frase mudaria de sentido

também. Pareceria que ambos eram bons em música popular e em música clássica, quando que cada um tinha a sua especialidade.

Em Ribeiro, a errônea classificação do aposto como “termo acessório” persiste.

Kury, entretanto, define aposto como: “Uma idéia fundamental contida num termo **de valor substantivo**, em qualquer função sintática, pode ser continuada, explicada (inclusive por comparação), desenvolvida ou resumida num termo acessório, seu equivalente ou adjunto, **também necessariamente substantivo**, APOSTO.”

Essa definição de Kury parece-nos a mais explicada. Ela nos mostra as funções desse termo acessório, ao contrário da de Cunha e Cintra e de Ribeiro. Porém, por ser muito bem explicada, ela ressalta o fato de que *todas* essas funções são desempenhadas por um “termo acessório”. Parece-nos muito contraditório que um termo ACESSÓRIO possa desempenhar tantas funções.

Após a definição, Kury também classifica o aposto como: explicativo, especificativo, enumerativo. Também diz que pode ser representado por uma oração inteira ou pode referir-se a uma oração inteira. Cita o aposto resumidor ou recapitulativo (usa a classificação de Cunha e Cintra: recapitulativo e a de Ribeiro: resumidor). Ao contrário de Ribeiro, Kury não classifica o aposto como distributivo, mas fala sobre o comparativo, que nenhum deles mencionaram (“*As estrelas, GRANDES OLHOS CURIOSOS*, espreitavam através da folhagem.” (Eça, PB, 8)

“As estrelas” são comparadas a “grandes olhos curiosos” nessa oração. Sem esse apostrofo, a intenção do emissor não seria alcançada, pois ele quer dizer que elas espreitavam através da folhagem com seus grandes olhos curiosos, ou seja, elas estavam curiosas para ver algo e não estavam apenas olhando sem intenção alguma.

Vimos então que a errônea classificação do apostrofo como “termo acessório” persiste em Kury também.

## **Conclusão**

Com esse trabalho esperamos ter conseguido tecer as indagações necessárias para criar em todos nós o espírito crítico que nos falta ao aceitarmos o que a tradição gramatical nos impõe.

A língua, por ser um sistema aberto, sujeito a mudanças, é um assunto difícil de ser estudado e muito mais de ser considerado algo definitivo, acabado.

Por isso, devemos sempre questionar se tal nomenclatura ou assunto continua sendo válido e se não, debater e tentar provar que tem fundamento o que pensamos.

Foi o que aconteceu quando nos propusemos a realizar este trabalho sobre “termos acessórios”. E para tanto, sob a égide da crítica, tecemos observações baseadas no Funcionalismo lingüístico norte-americano. Acreditamos, portanto, ter provado que tal nomenclatura não tem mais razão de ser sustentada, haja vista que configura-se em um painel de reducionismo e é passiva de ser reformulada e, quiçá, nos termos propostos por Alex Swander (2005): “Propomos a

nomenclatura ‘assessório’ em detrimento de ‘acessório’, posto que, desta feita, não se estará minimizando nem maximizando a hierarquização de termos nucleares e satélites.”

## **Referências bibliográfica**

CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

KURY, Adriano da Gama. Novas Lições de Análise Sintática. São Paulo: Ática, 2004.

RIBEIRO, Manoel Pinto. Nova Gramática Aplicada da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Metáfora, 2004.

SWANDER, Alex. Título do Trabalho. Rio de Janeiro: CiFEFIL, 2003.

\_\_\_\_\_. Uma nova visão acerca do acessório. São Paulo: EDUSP, 2005.